

## CAPITAL SOCIAL E RELACIONAMENTO GRI G4-EC7

Representa as instituições e as relações dentro e entre as comunidades, grupos da sociedade e de outras redes, bem como a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. Na CPFL Renováveis, o relacionamento com suas partes interessadas, incluindo fornecedores, comunidades situadas no entorno de seus empreendimentos e sociedade em geral, é baseado em cinco crenças: confiança e transparência, respeito à população local, mitigação e redução dos impactos, desenvolvimento da comunidade local e maximização do retorno social.

Na visão da Companhia, contribuir para o bem-estar das comunidades do entorno de suas operações é sinônimo de resultado para a Companhia e também para o Brasil. Afinal, seu modelo de negócio prevê a geração de energia por fontes renováveis alternativas, de forma a contribuir

para o desenvolvimento sustentável do país. Por isso, a CPFL Renováveis adota uma política socioambiental integrada, que abrange programa de investimento social privado e programas ambientais.

Para apoiar o estabelecimento da Política e Diretrizes de Sustentabilidade da Companhia, de forma alinhada à Política de Sustentabilidade da CPFL Energia, foi criada, em 2015, a área de Sustentabilidade Corporativa da CPFL Renováveis. A área também tem o objetivo de apoiar no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade aplicada ao negócio, priorizando o desenvolvimento das lideranças e da gestão de pessoas para sustentabilidade; assegurar a definição e implantação de indicadores e metas de sustentabilidade em todas as áreas da Companhia, bem como definir as diretrizes necessárias à operacionalização do Investimento Social da Companhia, por meio do Programa Raízes.



PCH ALTO IRANI

Dessa forma, fica claro que um dos diferenciais da CPFL Renováveis é o olhar humanizado em relação à viabilização de seus negócios. A Companhia acredita que um projeto com alto potencial de geração de valor econômico não é adequado caso as variáveis sociais e ambientais sejam desrespeitadas. Ao estabelecer um relacionamento de confiança com as comunidades locais, torna-se real a integração dos empreendimentos à cultura e ao desenvolvimento da região.

Os impactos ambientais, sociais e econômicos diretos de cada um dos empreendimentos são levantados a partir da realização de estudos no momento de licenciamento, sempre de maneira coerente com as diretrizes do órgão licenciador, bem como padrões de referências nacionais e internacionais que atestem critérios de sustentabilidade, ex: IFC (Banco Mundial), GRI e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostas pela ONU (ODS). O Cadastro Socioeconômico também reúne uma série de informações sobre as famílias que serão impactadas e o respectivo plano de compensação patrimonial e social. A partir daí, são propostas medidas mitigatórias ou compensatórias, de acordo com as necessidades de cada projeto.

No caso dos parques eólicos, o possível impacto socioambiental negativo, que aparece com mais frequência nos estudos, é a questão do ruído dos aerogeradores e seu efeito de sombra, o que é acompanhado durante a operação dos empreendimentos.

Já ao analisar o aspecto social, percebe-se que os impactos das operações da CPFL Renováveis nas comunidades locais são mínimos, concentrados, principalmente,

na época de implantação, quando há aumento de pessoas e tráfego de veículos nas regiões. Com o objetivo de minimizar ainda mais esses impactos, a Companhia atua de maneira transparente, comunicando todas as atividades relacionadas ao empreendimento às comunidades diretamente impactadas.

Durante o desenvolvimento dos estudos de cada projeto, são buscadas alternativas que evitem, ao máximo, o deslocamento físico ou econômico das comunidades. As obras de construção dos projetos eólicos, de biomassa e solar não geram a necessidade de deslocamento físico da população local e a construção de PCHs também não provoca mudanças sociais significativas, visto que sua característica principal é o alagamento de pequenas áreas. Dessa forma, a maioria das propriedades atingidas pela obra mantém seu padrão produtivo e as famílias permanecem no local, sem danos.

Porém, quando há a real necessidade de deslocamento de pessoas, a CPFL Renováveis empenha-se para obter negociações amigáveis, com reassentamentos consensuais. Para tanto, a Companhia conta com o Programa de Reassentamento de Populações Atingidas, que considera as diretrizes do Cadastro Socioeconômico para a identificação das famílias, seus perfis e modos de vida. As famílias da comunidade são classificadas em três categorias: grande proprietário (possui área igual ou superior a 40 hectares), pequeno proprietário (área inferior a 40 hectares) e não proprietário (posseiro, meeiro, arrendatário ou morador). **GRI G4-EUSD SO**

A cada categoria é oferecida uma compensação distinta, de acordo com o grau de impacto. Os proprietários que têm perdas econômicas ou posses atingidas (total ou parcialmente) se enquadram no processo indenizatório. Os proprietários de pequenas áreas que perdem a capacidade produtiva, assim como os não proprietários cuja sobrevivência depende exclusivamente da atividade agropecuária, recebem compensação social. Essa forma de reparação viabiliza o reassentamento das famílias em outra propriedade, por meio de uma carta de crédito. O valor concedido corresponde à aquisição de uma propriedade com as mesmas características da anterior, em região preferencialmente próxima, a fim de minimizar as mudanças no modo de vida de cada família e facilitar sua adaptação. **GRI G4- SO2**

A CPFL Renováveis busca contribuir, de forma constante, para o bem estar das comunidades de entorno de suas operações



No histórico de seus projetos, a Companhia promoveu o deslocamento de apenas duas famílias na PCH Barra da Paciência e outras 31 famílias na PCH Corrente Grande, ambas no Estado de Minas Gerais, entre os anos de 2009 a 2010. No caso da PCH Corrente Grande, a Companhia enfrentou um processo um pouco mais complexo do que de costume, já que o projeto envolvia também as estruturas do Núcleo Comunitário de Figueirinha, localizado no Município de Gonzaga, que foi reconstruído a 2 km de distância.

Ao mesmo tempo, as operações da Companhia também geram impactos positivos na sociedade, tal como a capacitação profissional, a geração de empregos e a receita dos impostos, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento local a partir de vocações e prioridades locais. **GRI G4-EC8**

Todas as operações da CPFL Renováveis possuem avaliações de impacto ambiental com monitoramento contínuo e divulgação pública dos resultados, sendo que 50% delas contam com planos de engajamento com partes interessadas e 20% atuam com comitês da comunidade local para consulta e processos que incluam grupos vulneráveis. Além disso, o Programa Raízes atinge um quarto das operações da Companhia, representando o principal programa de desenvolvimento de comunidades locais. **GRI G4-SO1<sup>19</sup>**

<sup>19</sup> Os números levaram em consideração o cumprimento das condicionantes nos processos de licenciamento ambiental.

## Programa Raízes

Para garantir que os territórios onde estão seus empreendimentos se beneficiem ao máximo da presença da Companhia, a CPFL Renováveis realiza um amplo programa de investimento social privado, conhecido como Programa Raízes. Por meio de um repasse de recursos privados da Companhia, realizado de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, o primeiro ciclo do programa (2012-2015), apoiou projetos relacionados a cadeias produtivas, turismo, artesanato, infraestrutura, cultura, esporte e lazer, com um investimento de R\$ 2,9 milhões em 36 projetos socioambientais, nos municípios de São Miguel do Gostoso, Parazinho, João Câmara e Touros (Rio Grande do Norte) e Palmares do Sul (Rio Grande do Sul). Até hoje contamos com o número de 9.188 beneficiários indiretos.

No ciclo que se inicia em 2016, a CPFL Renováveis pretende ampliar a estratégia do programa, passando a atuar, além do Rio Grande do Norte, no Ceará, onde há dois parques eólicos sendo implantados, e em Minas Gerais, onde duas

PCHs passarão a operar. Será mantida a concepção participativa na seleção dos projetos com uma visão estratégica do território para que oportunidades ligadas à inovação e experiências exitosas de outros territórios possam ser somadas ao processo, promovendo resultados ainda mais significativos para as comunidades e em consonância com os princípios da CPFL Renováveis de criação de valor e sustentabilidade em seus processos.

Para isso, as ações de 2016 para o Programa Raízes serão pautadas na mobilização social, planejamento participativo, seleção e implantação de projetos, monitoramento e avaliação do impacto nas regiões, além, da conexão desses resultados com o negócio.

A intenção da Companhia é estabelecer uma relação duradoura com as comunidades do entorno, ao demandar serviços de pequenos empreendedores, estabelecer laços de confiança, abrir oportunidades, realizar projetos sociais, parcerias locais e, mais amplamente, fomentar a cidadania, o empreendedorismo e a qualidade de vida local.

## Relação com fornecedores

A CPFL Renováveis mantém procedimentos estruturados de relacionamento com seus fornecedores, utilizando, desde 2013, um Portal de Fornecedores que permite identificar e controlar os membros mais críticos de sua cadeia de valor em relação a questões sociais, ambientais e trabalhistas. Foram estabelecidos critérios que definem a criticidade do fornecedor, como baixo, médio e alto, de acordo com a prestação de serviço ou fornecimento. No caso dos fornecedores classificados como de risco médio e alto, são avaliados critérios relacionados à sustentabilidade, relações trabalhistas, integridade nos negócios, gestão ambiental e saúde e segurança. O resultado desta avaliação é disponibilizado no portal, servindo como informação de apoio para escolha nas contratações, que são analisadas individualmente. **GRI G4-HR11; G4-12**

Para garantir que os fornecedores entendam e aceitem as diretrizes da Companhia em relação a conduta e ética, todos os contratos-padrão possuem cláusula específica citando o link para acesso ao Código de Ética e Conduta. As políticas de Compras e Gestão de Fornecedores dão suporte e orientação a todo o processo de contratação, buscando analisar as condições financeiras, administrativas e técnicas de novos fornecedores, não obrigando ou estipulando contratações de fornecedores em razão da naturalidade, sede ou domicílio. **GRI G4-SO9**

## Portal de Fornecedores

Desde 2013, o relacionamento com parceiros da cadeia de suprimentos da Companhia foi ampliado por meio da implantação do Portal de Fornecedores. O objetivo foi mapear, identificar e permitir maior controle sobre os membros mais críticos da cadeia em relação a questões sociais, ambientais e trabalhistas. Foram estabelecidos critérios que definem a criticidade do fornecedor, como baixo, médio e alto, de acordo com a prestação de serviço ou fornecimento. O resultado desta avaliação é disponibilizado no portal e serve como informação de apoio para escolha na contratação.



FUNCIONÁRIOS – CENTRO DE OPERAÇÃO DA GERAÇÃO (COG)





## No desenvolvimento de cada projeto, a empresa sempre leva em consideração alternativas que evitem o deslocamento físico e econômico das comunidades de entorno

No caso de contratos com vigência superior a 120 dias, com mão de obra alocada e prestação de serviços, a Companhia realiza um monitoramento das obrigações trabalhistas do fornecedor, por meio de uma plataforma online, a fim de mitigar riscos fiscais, trabalhistas e financeiros, assumindo seu papel de responsabilidade compartilhada. São 62 fornecedores analisados mensalmente nesse sentido. Além disso, todos os contratos-padrão da CPFL Renováveis possuem cláusula específica com acesso ao Código de Ética e Conduta da Companhia, com o objetivo de garantir que seus parceiros entendam e aceitem as diretrizes da Companhia relacionadas à conduta, ética e transparência. **GRI G4-LA14; LA15**

A CPFL Renováveis também disponibiliza canais de acesso para denúncias, com o objetivo de receber demandas internas e externas referentes a temas presentes no código de ética, sendo assegurado total sigilo e confidencialidade. As demandas são analisadas pela Comissão de Ética onde os casos são tratados conforme sua gravidade. A não observância ao código estará sujeita à aplicação das punições previstas nas normas internas da Companhia e na legislação brasileira, podendo, inclusive, levar à rescisão do contrato.

A Companhia não realiza avaliação e monitoramento de fornecedores considerando critérios relativos a Direitos Humanos, porém, todas as transações comerciais devem estar de acordo com o Código de Ética e Conduta Empresarial e todos os contratos de investimentos significativos<sup>20</sup>, que, atualmente, somam 17, possuem cláusulas

<sup>20</sup> A definição adotada pela CPFL Renováveis para contratos significativos é de contratação superior ao valor de R\$ 1.182.000,01, que exigem aprovação da Presidência.

específicas abordando assuntos relacionados aos direitos humanos, trabalho forçado ou análogo ao escravo e infantil. Em 2015, não foi reportado qualquer caso de operações e fornecedores considerados de risco para ocorrência de trabalho infantil, forçado, escravo ou análogo ao escravo. Também não houve violação de direitos dos povos indígenas, ou qualquer denúncia de discriminação.

**GRI G4-HR1; HR3; HR5; HR6; HR8; HR9; HR10**

### PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (em todos os empreendimentos)

O público-alvo do Programa de Comunicação Social é formado por todos os representantes da comunidade onde o empreendimento está inserido, incluindo o poder público, associações, organizações não governamentais (ONGs), comunidades adjacentes, etc. Trata-se de um canal constante de intercâmbio de informações entre a comunidade e o empreendimento.

### PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS (em todos os empreendimentos)

Acompanhar as possíveis mudanças socioeconômicas, no contexto de implantação e operação do empreendimento, enfatizando: estruturas produtivas e fundiárias, impactos na demanda a serviços sociais, na renda e emprego local, conflitos com a comunidade e o desenvolvimento da atividade do turismo, com intuito de verificar os impactos socioeconômicos ocasionados e formular ações junto à comunidade e ao poder público municipal.



PCH COCAIS GRANDE

### PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA (em todos os empreendimentos)

Esse programa tem como objetivo estabelecer mecanismos para se proceder à mobilização e habilitação da mão-de-obra regional, visando seu aproveitamento nas obras dos empreendimentos. Além da geração de empregos são desenvolvidos treinamentos e capacitações aos trabalhadores, a fim de especializar esta mão-de-obra, contribuindo também para a recolocação profissional após a conclusão das obras.

### PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DANOS À SAÚDE (apenas em PCHs e Eólicas)

O objetivo deste projeto é implantar as ações que minimizem ou neutralizem os impactos negativos causados pelo empreendimento sobre o quadro de saúde da região. Essas ações englobam o monitoramento e controle das endemias presentes na área e suas consequências sobre os trabalhadores, seus dependentes, população local e indiretamente atraída. Inclui ainda a definição da infraestrutura dos serviços de saúde que serão responsáveis pela atenção médica aos trabalhadores da obra.